

O PAPEL DO ENSINO DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA NA DEFESA DO MULTICULTURALISMO

Helena Anacleto-Matias
Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto
hanacleto@iscap.ipp.pt

RESUMO

As política actuais existentes a nível oficial para a implementação e defesa do ensino da Língua Portuguesa como Língua Estrangeira (L. E.) na Europa e no resto do mundo levam-nos a pensar que são, sobretudo, os casos isolados de leitores portugueses pioneiros, inspirados e marginais que na sua missão individual e afastada lutam pela implementação e defesa desta língua nos seus países de acolhimento.

Segundo Volfgram, “cabe ensinar a alguns que o multiculturalismo não está apenas na teoria e sim ao nosso redor, nos elevando realmente à condição de seres humanos” (2005), e o mesmo é dizer que o multiculturalismo começa nas suas bases pela aprendizagem desinteressada e não interesseira das crianças na sua mais tenra idade. Não é impunemente que em países multiculturais como a Bélgica, a Língua Portuguesa ensinada como segunda língua ou como língua estrangeira desempenha um papel preponderante na defesa e na preservação do Português e, em simultâneo, pugna pela defesa incontestável da necessidade incontornável que o multiculturalismo é hoje.

É indubitável que a luta contra a xenofobia, a luta pela tolerância e o respeito mútuo, bem como o diálogo profícuo biunívoco não podem sobreviver actualmente sem uma consciencialização da importância das línguas minoritárias, da crioulização, da relação com as línguas maioritárias e da conquista da defesa do multiculturalismo *hic et nunc*.

Abordando algumas opiniões avisadas, esperamos trazer à discussão temas importantes, tais como, a necessidade de articulação de políticas de difusão da língua portuguesa na Europa e no Mundo concertadamente com o Brasil e outros Países Lusófonos, a necessidade de implementação de medidas concretas no terreno para defesa da Língua de Camões fora de Portugal, a sobrevivência do Português que embora sendo minoritária na Europa é uma das línguas mais faladas no mundo, a necessidade da consciencialização para a crescente importância geo-estratégica do Português paralelamente com o recrudescimento do multiculturalismo à escala global.

1 – Será o ensino da Língua Portuguesa enquanto L. E. fundamental na defesa do multiculturalismo?

Para responder a esta questão será importante compreender primeiramente que comunicar em qualquer língua estrangeira requer que se compreenda minimamente o quadro cultural em que essa comunicação decorre. Neste contexto, comunicar usando uma língua que não é a nossa materna implica sempre recorrer ao multiculturalismo. Daí que seja inevitável poder afirmar-se que o ensino-aprendizagem de uma L. E. é sempre uma causa e simultaneamente uma consequência do multiculturalismo. A sobrevivência de uma língua estrangeira e a sua recorrência ao multiculturalismo coincidem em paralelo. As Línguas Estrangeiras e o multiculturalismo são, por definição, interdependentes e concomitantemente intermutáveis.

Quanto às políticas actuais existentes a nível oficial para a implementação e defesa do ensino da Língua Portuguesa como L. E. na Europa e no resto do mundo, defendo que seria sem dúvida interessante Portugal fazer um esforço concertado conjuntamente com os outros países lusófonos, em benefício da nossa língua que nos une e que é o Português. “Na união reside a força”, e, se pretendemos que a língua portuguesa (re)adquira um lugar cimeiro devido à sua importância geo-estratégica na Europa e no mundo, então é fundamental que todos os países lusófonos se unam aos mais diversos níveis com o objectivo de promover a língua enquanto veículo de comunicação intercultural. Não estou a propor um regresso ao passado, qual Velho do Restelo, negando que o progresso é possível. Muito pelo contrário: sugiro que Portugal compreenda a sua missão moderna de servir como ponte de entendimento entre os diferentes continentes com os quais tem laços históricos inegáveis e colocando, assim, a sua vocação cosmopolita ao serviço do benefício de toda a Humanidade. Não pretendo que Portugal regresse aos seus tempos áureos renascentistas, em que as viagens pelo mundo trouxeram consequências inimagináveis nessa altura. Muito pelo contrário, julgo fundamental que Portugal assuma a sua vocação dialogante entre nações e continentes e que passe, cada vez mais a assumir a sua posição de ponte entre culturas. Refiro-me à posição privilegiada que Portugal pode assumir no diálogo Norte-Sul, entre países seus parceiros mais desenvolvidos e países em desenvolvimento; refiro-me à possibilidade que Portugal tem de ser cada vez mais um parceiro de negociações comerciais, culturais e diplomáticas entre o Ocidente e o Oriente, pela sua vocação histórica de contactos com essas regiões do mundo. Julgo que o diálogo é possível e que, sobretudo a possibilidade e a responsabilidade que Portugal pode ter está ainda a ser subaproveitada. Deve-se investir na capacidade negociadora que Portugal tem em termos de conciliação e de sanar conflitos pontuais e investir tanto no diálogo da Europa com África, como com as Américas e a Ásia. A importância geo-estratégica cultural e diplomática de Portugal está subaproveitada e deve-se investir no esforço do diálogo e do papel mediador que o país pode e deve desempenhar.

No caso particular do uso do Português, o esforço conjunto é, talvez, ainda mais necessário, porquanto se torna fundamental que personalidades estrangeiras se consciencializem da importância do uso da língua a nível oficial nas mais altas conversações. Por vezes assistimos a conversações em que os intervenientes portugueses, na sua ânsia de facilitar a comunicação e recorrendo à sua faceta mais ou menos desenvolvida de serem políglotas, abdicam do uso da sua língua materna e passam a usar outras mais internacionalmente reconhecidas, nomeadamente o inglês e o francês. É uma atitude a ser modificada, pois apesar de prestigiante para o falante e ao mesmo tempo ser pragmaticamente mais eficaz, do ponto de vista político-linguístico, não é mais sensata. O recurso sistemático a intérpretes competentes e reconhecidamente capazes deve ser, portanto uma constante, quanto mais não seja, para manter a comunicação nas devidas posições de reconhecimento mútuo.

Segundo informação recolhida durante uma entrevista informal à responsável pela formação linguística dos funcionários da Comissão Europeia nos seus cursos de Verão em 2008, “Quem estuda Inglês, Francês ou Neerlandês em Bruxelas, é porque precisa; quem estuda Português, é porque gosta da língua.”

Esta observação é notável se atentarmos na questão da motivação dos funcionários das Instituições Europeias para a aprendizagem do Português como L. E.. De uma certa forma e neste contexto, os professores de língua portuguesa podem considerar-se privilegiados no que toca ao seu trabalho enquanto formadores linguísticos, pois os seus alunos são atípicos na maioria dos casos. Um possível retrato-robô, se é que isso é possível de se traçar num contexto de investigação como o que proponho, seria talvez o seguinte: um aluno extremamente inteligente, sem dúvida dotado para as línguas, indubitavelmente exigente no que toca à qualidade, tanto consigo próprio, como com o professor e os colegas. Altamente motivado, maníaco do trabalho, anda sempre a horas e a um ritmo estonteantemente rápido...

Costuma-se dizer que “Depressa e bem, há pouco quem”, querendo dizer que normalmente a boa qualidade, combinada com a alta velocidade é rara – não no caso dos aprendentes típicos de português nas instituições europeias, segundo a mesma fonte. Por aqui se pode inferir que o interesse na defesa da nossa língua entre aprendentes estrangeiros existe – há que aproveitar a motivação para implementar no terreno políticas de difusão mais radicais, mais seguras e que, sobretudo, produzam melhores efeitos e de mais concretas consequências ao nível da utilização do Português a nível oficial. Refiro-me à necessidade de se empregar Português nas conversações diplomáticas recorrendo aos serviços de intérpretes autorizados e competentes, como forma de exemplo inspirador para a defesa da língua enquanto entidade a ser preservada e difundida nos canais mais diversos da comunicação intercultural.

Por outro lado, fala-se da frequente necessidade de implementar políticas mais eficazes no terreno quanto à difusão de instrumentos culturais e de difusão da cultura, nomeadamente quanto ao livro. Tenho a convicção de que as editoras e os livreiros portugueses poderiam apostar muito mais fortemente no mercado da aprendizagem de língua portuguesa em Bruxelas, por exemplo, pois, com conhecimento de causa, posso afirmar que há falta de livros escolares de ensino de Português como L. E. na cidade. Os alunos têm dificuldades em encontrar livros – até os escolhidos enquanto manuais escolares para os cursos de língua portuguesa enquanto L. E., quanto mais livros sem serem didácticos!

2 – Mas até que ponto é que a política de divulgação e apoio à língua portuguesa no estrangeiro tem sido adequada?

Se atentarmos no portal do Instituto de Camões, em www.camoes.pt, poderemos verificar que o Centro Virtual Camões (CVC) propõe como fundamental “Aprender, Conhecer, Ensinar, Traduzir e o E- learning” enquanto grandes áreas temáticas que o estruturam.

Todos os conteúdos do CVC são de livre acesso, com excepção daqueles que fazem parte dos Cursos à Distância, ministrados através da plataforma electrónica de aprendizagem do Instituto Camões, os quais estão sujeitos a um processo de candidatura. Na era das tecnologias de informação é fundamental que um portal apelativo faça o seu papel de marketer eficaz; com isto quero dizer que os cibernautas de hoje em dia necessitam de informação em linha suficientemente apelativa e cativante, para fazerem uma investigação continuada. Certamente que no meio de tanta informação, apenas aquela que é assaz apelativa será tida em conta, independentemente, por vezes, da sua qualidade (in)questionável. Pretendo dizer que, por vezes, apesar de as informações serem interessantíssimas, podem passar despercebidas, se não forem apresentadas de forma suficientemente cativante.

Além disso, a abertura ou o encerramento alternado de leitorados de português em universidades europeias e financiados por Portugal, tem sido um obstáculo à coerência, à coesão, à continuidade de escolas de ensino do pensamento luso, o que é, sem dúvida, uma pena. Mais uma vez reitero, que, a nível oficial deveria haver

um maior estreitamento de esforços concertados entre todos os países lusófonos, para que o Português enquanto L.E. fosse cada vez mais divulgado, pois é um contributo importante para o multiculturalismo.

Numa reportagem sobre a Feira do Livro de São Paulo que a RTP apresentou numa emissão de Agosto de 2008, foi focada a necessidade imperiosa da afirmação indiscutível da língua portuguesa na América Latina sob pena de ser ultrapassada largamente pela língua castelhana em termos de importância se os lusofalantes não estiverem atentos, já que a presença da literatura hispânica era avultada. Foi relatada ainda a questão do último acordo ortográfico do Português, focando que, embora as alterações fossem mínimas, haveria sempre uma manutenção das práticas regionais, continuando a haver respeito por todas as variantes linguísticas do Português.

Enquanto professora de Português como L. E., posso afirmar que muitas vezes alguns alunos me pediram formação em Português do Brasil, tendo sido encaminhados muitas vezes para colegas cuja língua materna é proveniente dessa variante. No entanto, tive outros casos que, embora dominassem por uma ou outra razão a variante de Português do Brasil, tinham a ambição de aperfeiçoar o uso do Português Europeu, pelo facto de viverem, trabalharem e lidarem no seu dia-a-dia profissional com o Português de Portugal e assim terem mais facilidade em comunicar e (inter)agir a todos os níveis.

É imperativo que haja uma articulação concertada de esforços conjuntos entre todos os países lusófonos para o bem comum da língua portuguesa e da sua disseminação no mundo globalizado em que vivemos actualmente.

3 – O multiculturalismo, base da aprendizagem

O multiculturalismo começa nas suas bases pela aprendizagem desinteressada e não interesseira das crianças na sua mais tenra idade. Incontestavelmente que, como Volfram afirmou, “muitos concordam que os jogos, além de possibilitarem a promoção do desenvolvimento da criança, podem facilitar a aprendizagem escolar. Porém, são poucos os educadores que se propõem a trabalhar tendo-os como recursos no processo ensino-aprendizagem”. Estendo estas considerações à necessidade de aplicar a noção de jogo à consciencialização do multiculturalismo. Hoje em dia, é rara a escola portuguesa, pelo menos nas grandes cidades, onde não existam várias crianças de origens étnicas e culturais diferentes das da maioria. Essa diversidade multicultural é tanto uma vantagem enriquecedora para o meio envolvente como um desafio à capacidade do meio de absorver as mudanças, auto-valorizando-se com essa diversidade, promovendo-a e ao mesmo tempo integrando-a nos modelos pré-existentes.

Assim, proponho que os agentes de ensino, sejam eles professores, sejam eles educadores ou elementos de apoio à acção educativa se esforcem cada vez mais activamente na formação multicultural dos aprendentes para que estes se tornem cada vez mais responsáveis na sua vida multicultural e na sua dimensão de cidadania responsável. Falo do respeito pela diferença, do reconhecimento dos direitos das minorias étnicas e culturais em manter a sua identidade particular e do seu direito aos benefícios da integração; simultaneamente, falo também da revolução necessária a nível ideológico, para que a diversidade do multiculturalismo traga benefícios a todas as partes. No século XXI, essa revolução é cada vez mais necessária, pois hoje em dia, ninguém está só, ninguém é uma ilha; os contactos interculturais são cada vez mais uma constante e como “De pequenino é que se torce o pepino”, é fundamental que a educação para o multiculturalismo comece logo na primeira infância. E se a Escola tem um papel fundamental, não menos necessária é a acção concertada do papel da família na educação. Esta começa pela rejeição de estereótipos culturais facilitadores do preconceito, pela abolição das rotulagens enganadoras, pela prática do respeito por tudo o que é diferente de nós.

Mas a prática da tolerância deve ser articulada com a teoria; não basta pregar aos convencidos, deve praticar-se a tolerância para, com aquele exemplo, inspirar as pessoas que nos rodeiam. Assim, não se deve dizer apenas que devemos ser tolerantes com o próximo; deve-se inculcar o hábito do convívio inter-étnico sadio, com a troca de experiências desde a mais tenra idade até à idade sénior. É fundamental que se pratique aquilo que se prega e que se pregue aquilo que se pensa, não me referindo obviamente a um sentido missionário do termo, mas a uma posição activa revolucionária nas ideias e concreta nas acções.

4 – A importância da Língua Portuguesa: multiculturalismo(s) e comunicação

Fred E. Jandt (2003, a) faz a diferença entre várias perspectivas para definir “cultura”, nomeadamente: a *perspectiva histórica* – neste sentido, a cultura é o conjunto das tradições que são passadas às gerações futuras. Quanto à *perspectiva behaviourista*, poder-se-á dizer que a cultura será a maneira adquirida e partilhada de se comportar na vida; mas se adoptarmos a *perspectiva simbólica*, poderemos definir a cultura como a forma arbitrária dos sentidos simbólicos que uma sociedade convencionou e que segue. Há também a *definição estrutural*, e então a cultura poderá ser entendida como o conjunto de padrões, de ideias, de símbolos ou os comportamentos relacionados com um grupo ou povo. Concluindo, para a *perspectiva normativa*, a cultura é tudo aquilo que deve ser adoptado como ideal, os valores e regras de conduta em sociedade. No presente momento, adoptarei o conceito de *cultura* numa perspectiva abrangente, isto é, cultura será tudo o que é aprendido para comunicar em sociedade.

Comunicar significa partilhar valores, ideais, mundividências, *Weltanschauungen*, como se diz em alemão. A comunicação é usada para um melhor entendimento entre uma comunidade, entre povos, nações e civilizações. Mas uma comunicação eficiente só pode acontecer quando há uma base comum de cooperação e entendimento. Uma comunicação mal conseguida pode ser a causa e a consequência ao mesmo tempo de desentendimentos e conflitos entre indivíduos e grupos. Há a acrescentar que, para Sylvia Vlaeminck, “a comunicação não é só usar as mesmas palavras, sobretudo pretende-se que verse a compreensão e o respeito pelas outras culturas, os seus valores e costumes ” (2003, minha tradução do inglês). Estou de acordo com esta afirmação.

Ainda segundo Jandt (2003, b), *uma comunicação intercultural* “está relacionada não só com a comunicação entre indivíduos, mas também com a comunicação entre grupos.” No *bestseller* de Tom R. Reid, este afirma que “a Europa é hoje um lugar mais integrado do que em qualquer altura desde o Império Romano” (2005, minha tradução do inglês). A Europa é hoje, inequivocamente constituída por um conjunto de países diferentes, sendo que na diversidade há, no entanto, unidade. O lema da União Europeia é, de facto, *Unidade na Diversidade*.

Julgo haver uma identidade europeia, independentemente do facto de cada pessoa ou comunidade poder e dever ter as suas idiossincrasias. As peculiaridades, evidentemente, são apreciadas – o que torna a individualidade possível é a tolerância para com todos; e o que torna a Europa interessante é, de facto, a diversidade. Uma outra nova tendência na comunicação intercultural é o caminho para a paz estável e duradoura, o que é tranquilizante, se pensarmos em todas as disputas que assolaram a Europa nos séculos mais recentes.

Patrick Stevenson focou a questão das políticas relacionadas com a integração na Alemanha e que se baseiam nas premissas que ligam o conhecimento da língua local a uma “capacidade de integração” (*Integrationsfähigkeit*): “A Lei da Imigração passou no *Bundestag* e foi ratificada pela segunda câmara, o *Bundesrat*, em Março de 2002” (2006, minha tradução do inglês). Esta questão pressupõe que os imigrantes têm de ser linguisticamente competentes no seu país de acolhimento na língua local como sinal de integração e bom relacionamento com os habitantes nacionais.

No entanto esta problemática leva-nos a pensar nas minorias linguísticas. Entre outros, Vanessa Pupavac e Sue Wright apontaram as implicações da categoria da *minoría lingüística* (Pupavac, 2006; Wright, 2004, a). A língua é, neste contexto tida como um elemento integrante da identidade e da auto-estima de uma sociedade e separar comunidades linguísticas diferentes pode levar a cisões sociais e a conflitos étnicos, bem como à exclusão social com a “*ghettoisação*”. Os estados de direito têm o dever cívico e a responsabilidade social de manter as línguas das minorias reconhecidas e protegidas nas comunidades envolvidas – temos que ter em conta, no entanto, que este reconhecimento e identificação podem também ser uma causa para a discriminação com base na língua. Para Sue Wright, “é difícil ver como o multilinguismo pode ser apresentado como positivo ao nível da comunidade, como um sinal de vitalidade, diversidade e criatividade, mas a nível nacional é desagregador, economicamente desvantajoso e limitativo” (2004, a), minha tradução do inglês).

Este comentário leva-me a reflectir quanto à União Europeia, em que apenas os falantes que dominam a *língua do poder* podem ser ouvidos se o seu interesse for *lobbying*, por exemplo. Não obstante, todos têm o direito de ver a sua língua reconhecida, de um ponto de vista do reconhecimento da legislação, pelo menos. Por outro lado, na prática, é verdade que só os mais aptos para se expressarem na língua do poder têm mais possibilidade de serem ouvidos pelas instituições vigentes.

Estou a constatar um facto, mas não a admitir que é a prática mais recomendável; muito pelo contrário: julgo ser capital que o reconhecimento oficial das minorias deve ser reflectido na prática e ser assegurada a sua autodeterminação, para que as línguas menos representativas em número de falantes (neste caso a nível Europeu) sejam no entanto, representadas institucionalmente e defendidas em todas as instâncias, para que não desapareçam e/ou não deixem de subsistir.

5 – Estudando Português enquanto L. E. em Bruxelas

Voltando à questão do ensino da língua portuguesa na Bélgica enquanto segunda língua ou como língua estrangeira, reafirmo que este desempenha um papel preponderante na defesa e preservação do Português e, em simultâneo, pugna pela defesa incontestável da necessidade incontornável que o multiculturalismo é hoje. Se atentarmos num questionário feito a aprendentes do curso intensivo de Verão de Português como L. E. da Comissão Europeia, em Bruxelas, poderemos constatar que se alguns assinalam o facto de aprenderem Português por motivos pessoais, outros invocam os motivos profissionais como a principal motivação para a sua aprendizagem ou aperfeiçoamento da língua. Quando lhes perguntei em que posição situavam a língua portuguesa no que toca à sua importância e utilização no dia-a-dia, tanto a nível profissional, como a nível pessoal, responderam entre o 1º, o 2º e o último lugares. Quando inquiridos acerca do que previam para o Português enquanto língua mundial, se viria a ser mais ou menos falada, as respostas situaram-se entre as variantes que afirmavam que o Português irá perder terreno, que será mais usado a nível mundial, principalmente a nível económico e comercial e que irá ser mais falado devido ao aumento da população que fala Português como língua materna. Situaram a língua portuguesa entre muito importante e pouco importante, passando por importante até certo ponto, tendo em conta que é a quinta língua mais falada no mundo. Foi interessante notar as respostas à pergunta: “Acha que, a nível geral, as línguas servem para defender e manter o multiculturalismo?” Estas situaram-se entre o “Sim, muito” até ao “Não, rigorosamente nada”, passando pelo “Sim, de certa forma”, até ao “Sim, mas pouco”. Também foram inquiridos quanto a se achavam que o multilinguismo é uma forma de multiculturalismo. Também lhes perguntei que conselho gostariam de dar às entidades competentes para que a língua portuguesa continue viva e a ser cada vez mais estudada a nível mundial, não só como língua materna, mas também como L. E. e pedi-lhes para indicarem quais as representações ou marcas culturais que mais podem identificar, definir e / ou garantir a continuação, a conservação e a divulgação de uma língua. Também lhes foi pedido que dessem a sua opinião quanto à internacionalização da língua inglesa enquanto principal língua franca nos nossos dias e a influência que esta tem na língua materna deles,

caso não seja o Inglês e se achavam que a língua inglesa deve ser estudada a partir do primeiro ciclo educativo na escola. Foi interessante ler as respostas à pergunta: “Entre as línguas referidas – Castelhana, Chinês, Francês, Hindi, Português, Russo – qual seria a que tem mais probabilidades de vir a tornar-se uma segunda língua franca (além do Inglês)?”

Também foram inquiridos quanto aos seus hábitos de cibernautas: com que frequência costumam pesquisar informação em língua portuguesa, em que variante costumam encontrar informação em português na Net. Quanto aos seus hábitos de leitura foram inquiridos acerca de da frequência e se lêem livros, revistas, folhetos ou jornais em português. De novo se perguntou se achavam que a língua e a cultura portuguesas deviam ser mais divulgadas a nível internacional, e se sim, como. Perguntou-se quanto à contribuição da União Europeia para a preservação do multilinguismo e do multiculturalismo e as respostas variaram entre o “Sim” e o “Não, nada”, passando pelos “Sim, de certa forma” e “Um pouco”. Também se achou pertinente inquirir os alunos quanto à importância que atribuíam ao acordo ortográfico para que a língua portuguesa possa ter uma maior projecção a nível global e as respostas que vieram dos respondentes que provêm de países onde foram feitos acordos ortográficos recentes são invariavelmente favoráveis, enquanto as respostas dos falantes de países onde não foi feita essa reforma nos últimos anos foram basicamente contrárias.

Decorrente do facto da amostra ser, deveras, de um tamanho reduzido, não se pode, certamente, elaborar uma teoria consistente; no entanto, posso reconhecer que este poderá ser o embrião de um estudo mais alargado de algum interesse. Após a observação dos dados recolhidos, conclui-se que os objectivos referentes à aprendizagem do Português enquanto L. E. foram alcançados, ou seja, conclui-se que o Português está relacionado com a afirmação do multiculturalismo na Europa, tal como os inquiridos o demonstraram consensualmente nas suas respostas.

Já Goethe dizia que “Quem não sabe línguas estrangeiras não sabe nada de si próprio” e no artigo “Por que é importante estudar línguas e por que é que não estudamos”, o Professor Carlos Ceia observa que no Livro Branco lançado em 1995, Ensinar e Aprender: Rumo à Sociedade Cognitiva, a Comissão Europeia fixou um objectivo essencial para o desenvolvimento da comunidade europeia: os cidadãos deviam ser encorajados e ensinados a dominar três línguas europeias – a sua própria língua e duas estrangeiras.

Ora, podemos concluir que é deveras importante continuar a incentivar o estudo de línguas, não esquecendo a importância exponencial do ensino da Língua de Camões, e que quem não dominar línguas estrangeiras, sejam elas quais forem, será considerado funcionalmente iletrado nos dias que correm.

Portanto, no âmbito do Projecto referido no Livro Branco supradito, foram concebidos dois instrumentos de grande importância e valor pedagógico, no contexto de uma política das línguas: Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas [QECL]: Aprendizagem, Ensino, Avaliação e o Portfolio Europeu de Línguas.

Desta feita, tornou-se prática comum em Portugal utilizar o sistema europeu A1, A2, B1, B2, C1, C2 e os respectivos sub-níveis para qualificar o nível de proficiência nas línguas estrangeiras. Uma das propostas fundamentais do Conselho da Europa sobre o ensino de línguas é a criação do Portfolio Europeu de Línguas. Este é “um documento pessoal, concebido e lançado pelo Conselho da Europa, que pretende contribuir para o reconhecimento das experiências linguísticas e culturais adquiridas ao longo da vida pelo seu portador, bem como promover o registo e controlo sistemático das aprendizagens pelo estudante.” Carlos Ceia comenta ainda que “os passaportes europeus de línguas dos estudantes portugueses serão sempre os mais pobres em termos de aquisição de competências linguísticas, os menos competitivos em termos profissionais e os sistematicamente preteridos por não conterem trabalhos relevantes de valor internacional, quando comparados com os seus congéneres de outros países.”

Não tenho certamente uma perspectiva tão pessimista relativamente à proficiência dos alunos portugueses em relação às línguas estrangeiras; luto diariamente para alcançar esse objectivo incutindo, não apenas o gosto pelas línguas estrangeiras, como também ajudando a desenvolver as capacidades de desenvolvimento e sapiência auto-desenvolvidas pelos aprendentes.

Quanto ao Português enquanto L. E., a filosofia deve e tem de ser a mesma: desenvolvimento da proficiência nos falantes nativos estrangeiros, para que o Português seja cada vez mais uma língua reconhecida na sua capacidade de diálogo intercultural nas mais diversas instâncias de contacto multicultural.

Gostaria de finalizar referindo convictamente que os alunos estrangeiros, aprendentes de Português como L. E., indicaram que para o Português sobreviver ao mundo globalizado actual, deve começar a ser mais divulgado através da sua cultura, ou seja, da sua música, literatura e cinema, mas sobretudo pela criação de institutos ligados à promoção e estudo da língua, independentemente da sua vertente linguística; alguns focaram a abertura de mais centros Camões na Europa ou centros/institutos análogos.

6 – Conclusões

Michel Perez, Inspector-Geral da Educação Nacional francesa e responsável pelo ensino do Português em França, defende o Português como língua de comunicação internacional e como sendo um factor de unidade nacional em vastos países da África, da América ou entre as diferentes componentes de comunidades espalhadas pelo mundo.

A criação da CPLP em 1996, a Expo'98 e a consagração da língua portuguesa pelo Prémio Nobel de literatura atribuído a José Saramago são acontecimentos relativamente recentes que demonstram a vitalidade do Português, mas há que aproveitar os momentos históricos para implementar o reconhecimento merecido da importância do Português enquanto veículo de comunicação de dimensão internacional. É inegável que os valores isolados sobressaiam e é na responsabilização colectiva do individual que o progresso é efectivo.

Segundo Michel Cahen, o ensino da língua portuguesa em África estará condenado ao insucesso, se Portugal não adoptar políticas interventivas mais equilibradas no que toca à ideologia do respeito pelas línguas autóctones e crioulas das diversas nações: “Uma defesa do Português bem feita deveria fomentar a alfabetização das crianças nas línguas africanas e crioulas, para ser de seguida, baseada numa aprendizagem psico-pedagógica segura. Haveria as línguas do afecto e maternas e o Português deveria ser aprendido como segunda língua” (1994: 25, minha tradução do francês). A grande batalha que se deve ganhar é a do ensino do português como língua estrangeira, um ensino que sofre de uma falta enorme de meios pedagógicos ainda hoje, contrariamente à imensidão de meios para ensinar e aprender a língua inglesa, por exemplo. Alguns manuais de português como L. E. ainda são em número insuficiente ou ainda não estão totalmente adaptados às exigências específicas do ensino da língua estrangeira em determinado país e a nível global, consentâneos com os objectivos específicos dos aprendentes.

De facto, não existe nos países lusófonos uma tradição muito longa de ensino do português como L. E. e esse facto atrasou consideravelmente o impacto da língua portuguesa junto das populações não lusófonas. Quanto a mim, isso apenas implica que devemos redobrar os nossos esforços para que a qualidade e a quantidade de manuais e instrumentos didácticos seja aumentada. Proponho que essas ferramentas sejam adequadas aos objectivos específicos dos estudantes de Português como L. E., adequadas às especificidades nacionais onde a língua está a ser estudada; adequadas igualmente aos objectivos de desenvolvimento das capacidades propostas pelo Quadro Comum Europeu de Referência e adequadas à reforma ortográfica em curso. Se esses esforços forem planeados em conjunto com os países lusófonos, serão muito mais profícuos e rentáveis.

Sem dúvida que a luta contra a xenofobia, a luta pela tolerância e o respeito mútuo, bem como o diálogo produtivo biunívoco não podem sobreviver actualmente sem uma consciencialização da importância das línguas minoritárias, da crioulização, da relação com as línguas maioritárias e da conquista da defesa do multiculturalismo *hic et nunc*.

Interessa-me, pois, trazer à discussão estes temas importantes, tais como, a necessidade de articulação de políticas de difusão da língua portuguesa na Europa e no Mundo concertadamente com o Brasil e outros Países Lusófonos, a necessidade de implementação de medidas concretas no terreno para defesa da Língua de Camões fora de Portugal, a sobrevivência do Português que embora minoritária na Europa é uma das línguas mais faladas no mundo e o recrudescimento do multiculturalismo à escala global.

Referências Bibliográficas:

- Cahen, Michel (1994) “*De Timor à Letícia, géopolitiques des mondes lusophones*”. In *Lusotopie*, Paris: L’Harmattan.
- Ceia, Carlos (2006) “*Por que é importante estudar línguas e por que é que não estudamos*”, disponível em: http://www2.fcsh.unl.pt/docentes/cceia/Educacao/aprender_linguas.pdf
- Ginsburgh, Victor e Schlomo Weber (2005) “*Language Disenfranchisement in the European Union*”. In *Journal of Common Market Studies*. 43 - 2, 273-286.
- Jandt, Fred E. (ed) (2003 a) *Intercultural Communication: a Global Reader*. Londres: Sage Publications Inc.
- idem, (2003 b.) *Intercultural Communication: Identities in a Global Community*. Londres: Sage Publications Inc.
- Moreira, Adriano (2001) *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Cooperação*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Nixon, Yumi e Peter Bull (Agosto de 2006) ‘*Cultural Communication Styles and Accuracy in Cross-Cultural perceptions: a British and Japanese Study*’. In *Journal of Intercultural Communication*, 12.
- Nombela, Ramón Garrido e Miguel Á. Navarrete (2004) ‘*Traducción institucional: el caso de la Comisión Europea*’. In Susana Cruces Colado e Ana Luna Alonso (eds.) *La traducción en el ámbito institucional: autonómico, estatal y europeo*. Vigo: Servizo de Publicacións, Universidade de Vigo.
- Pupavac, Vanessa (Março 2006) ‘*Language Rights in Conflict and the Denial of Language as Communication*’. In *The International Journal of Human Rights*, 10-1, 61-78. Nova Iorque: Routledge.
- Reid, Tom R. (2005) *The United States of Europe – The Superpower Nobody Talks About – From the Euro to Eurovision*. Reino Unido: Penguin Books Press.
- Seleskovitch, Danica e Marianne Lederer (2002) *Pédagogie Raisonnée de l’Interprétation*. França: Didier Érudition, Commission Européenne.
- Silva, Manuela e Heloísa Perista (1995) *As Portuguesas e a União Europeia – Prospectiva para a Acção*, Lisboa in *Cadernos Condição Feminina* nº 44, Presidência do Conselho de Ministros.
- Stevenson, Patrick (2006) ‘*National’ Languages in Transnational Contexts: Language, Migration and Citizenship in Europe*’. In Mar-Molinero, Clare and Patrick Stevenson (eds). *Language, Ideologies, Policies and Practices – Language and the Future of Europe*. Hampshire e Nova Iorque: Palgrave MacMillan.
- Vlaeminck, Sylvia (2003) ‘*A European Strategy for Linguistic Diversity and Language Learning*’. In Ahrens, Rüdiger (ed). *Europäische Sprachenpolitik - European Language Policy*. Heidelberg: Universitätsverlag Winter GmbH.

- Volfram, Maria Lúcia Silva (2005) 'Memorial de Formação – Marcas da Educação', Campinas.
- Williams, Kinga e Rose Aghdami (Janeiro de 2005) 'Managing Migration: The Applied Psychology of International Transitions'. In *Journal of Intercultural Communication*, 8.
- Wright, Sue (2004 a) '*Language Rights, Democracy and the European Union*'. In Freeland, Jane and Donna Patrick (eds). *Language Rights and Language Survival, Sociolinguistics and Sociocultural Perspectives*. Encounters Vol.4. Manchester, Reino Unido e Northampton, Ma, EUA: St. Jerome Publishing.
- idem, (2004 b). *Language Policy and Language Planning. From Nationalism to Globalisation*. Hampshire e Nova Iorque: Palgrave MacMillan.

Webgrafia:

http://www.dgicd.min-edu.pt/serprof/le_eur.asp

www.coe.int/portfolio

<http://www.instituto-camoes.pt/encarte-ji/centro-virtual-camoes-2.0.html>

<http://www.desenvolvimentosustentavel.pt/InnerPage.aspx?idCat=574&idMasterCat=363&idLang=1&idContent=852&idLayout=3&site=desenvolvimentosustentavel>

<http://www.cplp.org/docs/documentacao/Declara%C3%A7%C3%A3o%20Constitutiva%20CPLP.pdf>

<http://www.fl.ul.pt/pessoais/ailp/noticias/destaque.htm>

<http://www.linguateca.pt/branco/reorganizacao.html>

<http://www.uem.mz/grp/orgs.htm#sadc>

<http://www.plataformaongd.pt/site2/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=58&tpl=section>

http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/E1526376-AA68-4575-AF78-ADFC22BCE171/0/PIENDS_6.pdf

http://www.ac-versailles.fr/pedagogi/langue-portugais/enseigner/ig/Os_desafios_da_lusofonia2.doc

http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_oit_lisboa_pt.htm

<http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/protocolocplp.pdf>

<http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/acordoparceiros.pdf>